

# Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corte de até 50% no IPI ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Presidente do Carf admite rever limite que represa quase R\$ 1 tri em ações ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CNC alerta para impactos da operação padrão da receita federal sobre o comércio -  
COMÉRCIO EM PAUTA ..... 7

TV GLOBO - DF - BOM DIA DF  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal simplificou o parcelamento das dividas ..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida do INSS deixa de ser presencial e se torna automática ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Rômulo Saraiva estreia no site da Folha coluna que busca decifrar a Previdência ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro pede ao Congresso poder para zerar impostos do diesel ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Atenção aos gastos tributários (Artigo) ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Com Selic em dois dígitos, renda fixa ganha protagonismo ..... 14

RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - BRASIL EM DEBATE  
SEGURIDADE SOCIAL

Todas as pessoas com mais de 16 anos e que não possuem renda própria podem contribuir  
para a Previdência Social ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

PGR é cobrada sobre suposto crime de Bolsonaro ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Servidor faz novo ato por reajuste ..... 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro cometeu crime ao vazar inquérito, diz PF ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

PF minimiza falta de Bolsonaro a depoimento.....	21
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO	
Renúncia com corte de IPI pode alcançar R\$ 24 bilhões.....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Moraes envia à PGR inquérito contra Bolsonaro.....	24
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Bolsonaro cita regulação da mídia e de redes sociais para atacar Lula e TSE.....	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Lira pede solução para preços dos combustíveis.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Juros vão a 10,75% e BC prevê nova alta.....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Produção da indústria sobe 3,9% em 2021, mas permanece no nível de 2009.....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Os ricos, os tributos e a hipocrisia (Artigo).....	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Em aceno à indústria, governo estuda reduzir IPI entre 15% e 30%.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Com capitalização, CAF quer dobrar de tamanho até 2030.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Superávit recorde reforça o caixa de Estados e municípios.....	37
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco alerta contra "investida autoritária".....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Juros voltam a dois dígitos após quase 5 anos; BC indica reduzir ritmo de alta.....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Ignorar regras de responsabilidade fiscal pode sobrecarregar ação do Copom (Artigo) .....	43
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O desafio da reindustrialização (Editorial).....	44
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
Ganho temporário, gasto permanente (Editorial).....	45



## Corte de até 50% no IPI

O governo estuda reduzir de 10% a 50% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, a redução seria possível devido ao aumento na arrecadação federal registrado em 2021. Segundo a **Receita Federal**, somente com o IPI foram arrecadados R\$ 71 bilhões no ano passado, sendo R\$ 10 bilhões apenas com fumo e bebidas - que não teriam isenção do imposto caso o plano se concretize.

O corte seria diferente para cada tipo de produto. O governo não precisa de autorização do Congresso para reduzir o IPI, basta um decreto presidencial, o que pode agilizar o processo. O Ministério da Economia afirma que a medida poderá baratear produtos como geladeiras, fogões e máquinas de lavar, estimulando a produção da indústria. Outro efeito, ainda que de curto prazo, seria minimizar o impacto da **inflação**, que voltou para a casa de dois dígitos, no ano passado (10,06%), e corrói o poder de compra da população.

De acordo com interlocutores do Executivo, se o corte for de 50%, a medida geraria impacto em torno de R\$ 30 bilhões aos cofres públicos, com efeito também no caixa de estados e municípios, já que metade deste imposto é distribuída aos entes subnacionais.

Uma redução de 25% no IPI geraria perda de até R\$ 20 bilhões, segundo uma fonte do governo. "O objetivo é a redução permanente de carga tributária e o aumento da produtividade da indústria, que gera mais emprego", acrescentou.

O economista Ciro de Alencar comentou que a medida aliviaria a pressão de custos sobre a indústria, que foi bastante afetada pela crise gerada na pandemia. "Ela pode ajudar na retomada da atividade de diversos segmentos industriais e na redução da **inflação**, Mas são medidas de curto prazo."(Colaborou Rosana Hessel)

# Presidente do Carf admite rever limite que represa quase R\$ 1 tri em ações



**GUILHERME PIMENTA**

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** admite abolir o limite de valores nos julgamentos virtuais e colocar em pauta processos tributários vultosos, cujas análises estão paralisadas há quase dois anos por uma portaria que estabelece teto para proferir decisões em ambiente online.

A informação é da presidente do órgão, Adriana Gomes Rêgo. Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, ela disse que não descarta retirar o atual limite de R\$ 36 milhões para julgar as ações. O **Carf** é a última instância para recorrer de autuações da **Receita Federal** antes de ir à Justiça.

O estoque do **Carf** já atingiu quase R\$ 1 trilhão de créditos tributários pendentes de avaliação, como mostrou o Estadão/ Broadcast. Isso porque o órgão só julga, há dois anos, processos de menor valor: no início da pandemia, só casos de até R\$ 1 milhão eram julgados.

Depois, o teto passou para R\$ 8 milhões, subiu para R\$ 12 milhões e, desde abril passado, é de R\$ 36 milhões. O limite foi escolhido, segundo a presidente, por representar 97% do acervo do **Carf**.

O **Carf** voltaria a realizar sessões presenciais no início do ano, mas a operação-padrão na Receita, somada ao avanço da variante Ômicron, impediu que o órgão se reunisse.

Para fevereiro e março, há uma previsão de o **Carf** julgar processos só de forma virtual, sob o limite de R\$ 36 milhões.

"Tínhamos um acervo grande e muitos processos na mão dos conselheiros. Precisava dar uma resposta para a sociedade", justificou a presidente.

"Fiz o que estava na minha alçada, sem descartar essa possibilidade (de julgar os grandes casos)."

Vamos avaliar em fevereiro e março a situação a partir de abril", afirmou. Para derrubar o teto, ela explicou, o **Carf** teria de alterar seu regimento interno por meio de portaria do Ministério da Economia.

Advogados tributaristas afirmaram que o atraso nos julgamentos de grandes casos pode ser benéfico às empresas do ponto de vista do planejamento tributário, principalmente quando a chance de perda é alta, mas é negativo do ponto de vista que a dívida continua sendo corrigida pela Selic (taxa básica de juros, em alta). Segundo Adriana, as próprias partes envolvidas começaram a pedir a retirada de pauta dos casos em ambiente virtual.

A retirada de pauta pode ser positiva para a Fazenda Nacional.

Isso porque o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará, em março, o processo que pode derrubar o voto de desempate pró-contribuinte no **Carf**, o que favoreceria a União.

A presidente afirmou que a volta dos trabalhos no **Carf** depende exclusivamente da participação dos conselheiros da Receita, que têm se recusado a participar das sessões em protesto contra o governo federal.

Diferentemente do que o sindicato divulgou, ela disse que não houve renúncia aos mandatos por parte dos membros fazendários, mas sim uma recusa dos membros de participar dos julgamentos até que o governo regulamente um bônus de eficiência para a categoria.

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Presidente do **Carf** admite rever limite que represa quase R\$ 1 tri

em ações

PORTAL UOL

Presidente do **Carf** admite rever limite que represa quase R\$ 1 tri  
em ações

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# CNC alerta para impactos da operação padrão da receita federal sobre o comércio - COMÉRCIO EM PAUTA

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

# Receita Federal simplificou o parcelamento das dividas



**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2022/02/03/TVGLOBODF-06.53.41-06.59.15-1643885467.mp4>**

# Prova de vida do INSS deixa de ser presencial e se torna automática

**Suzana Petropouleas Ricardo Della Coletta**

O governo federal anunciou nesta quarta (2) o fim da exigência de prova de vida presencial para aposentados, pensionistas e outros beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A prova passará a ser feita de forma digital, via cruzamento de dados de bases dos governos federal, estadual e municipal.

Os cerca de 36 milhões de beneficiários que faziam a prova de vida anualmente não precisarão mais se deslocar até uma agência bancária. Se o governo não encontrar nas bases de dados evidências de que o segurado está vivo, irá até sua residência para capturar dados biométricos como digitais e foto do rosto, segundo o presidente do **INSS**, José Carlos Oliveira.

O **INSS** informou que tem até o dia 31 de dezembro deste ano para implementar as mudanças necessárias para cumprir a nova portaria. "Até essa data, o bloqueio de pagamento por falta da comprovação de vida fica suspenso", segundo o **INSS**.

O governo fará um cruzamento de informações para atestar que o titular do benefício, nos dez meses após seu último aniversário, realizou algum ato registrado em bases de dados próprias do **INSS** ou mantidas e administradas pelos órgãos públicos federais, informou o órgão.

A portaria com as novas regras foi assinada nesta manhã em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença de Oliveira, o presidente Jair Bolsonaro, o ministro do Trabalho e Previdência Onyx Lorenzoni e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

"A partir de agora a obrigação de fazer a prova de vida é nossa, do **INSS**. Faremos isso cruzando dados de todas as bases: se o cidadão votou, tirou passaporte, transferiu um imóvel ou veículo, tirou um RG, se fez inclusive uma operação privada, nós vamos aceitar isso como prova de vida", disse Oliveira. "Se não encontrarmos nenhuma movimentação do cidadão, ainda assim ele não terá que sair de casa. Oferecemos meios para que o servidor ou Correios vá a residência e faça a captura dos dados biométricos na porta da casa do segurado, para que ele não tenha que sair."

O governo informou que o **INSS** deverá oferecer aos beneficiários de qualquer idade que não fizeram nenhuma movimentação no período analisado formas para que a prova de vida seja realizada sem sair de casa. Para isso, poderão ser utilizados servidores, entidades conveniadas e parceiras, além das instituições financeiras que pagam os benefícios, como a Caixa Econômica Federal.

Até agora, a prova de vida era feita nos bancos responsáveis pelo pagamento, seja no atendimento pessoal, pelo caixa eletrônico (com biometria) ou em aplicativos (para algumas instituições). A prova de vida digital, pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, era uma opção restrita para os segurados que têm biometria facial registrada no Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) ou TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ou seja, pelas bases de dados da carteira de motorista e do título de eleitor.

Os aposentados e pensionistas que quiserem continuar realizando a prova de vida poderão fazê-la nas agências bancárias, que não podem recusar a realização do procedimento, segundo o governo.

A prova de vida é utilizada para evitar fraudes nos pagamentos de benefícios como aposentadoria e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), realizados por meio de conta-corrente, poupança ou cartão magnético.

Em declaração após o evento, o ministro Onyx informou que o governo também deve buscar parcerias com bancos de dados privados para complementar as bases públicas de informação.

Ainda segundo Onyx, aqueles que já realizam prova de vida pelo aplicativo Meu **INSS** poderão seguir esse procedimento normalmente. "

Trabalhador perdeu com mudanças no órgão, diz estudo

Suzana Petropouleas

Pesquisa inédita publicada nesta quarta (2) aponta que mudanças no **INSS** a partir de 2018 geraram perda da proteção dos brasileiros que buscam voltar ao mercado de trabalho após adoecimento, lesão ou

acidente.

O estudo "As transformações recentes no Programa de Reabilitação Profissional do **INSS**", publicado na revista científica "Trabalho, Educação Saúde", analisou os manuais técnicos de procedimentos do Programa de Reabilitação Profissional do órgão, publicados em 2011, 2016 e 2018.

Os autores mostram que o programa, voltado para a reinserção profissional de trabalhadores que recebem benefícios como o auxílio-doença, sofreu um processo de desestruturação a partir de 2018 e passou a levar em conta apenas a saúde física do segurado, deixando de lado aspectos como a integração social e econômica.

A pesquisa foi conduzida pela analista do **INSS** e mestre em sociologia Kelen Clemente Silva e por Fernando Kulaitis, professor de sociologia da UEL (Universidade Estadual de Londrina).

A principal mudança, segundo os autores, ocorreu em 2018, a partir da concentração do poder de avaliação do paciente e de decisão nas mãos dos peritos médicos, determinada pelo órgão naquele ano.

Antes, decisões como a aptidão do segurado para participar do programa ou quais novos trabalhos ele poderia exercer eram tomadas em conjunto, com a presença do trabalhador, o médico e um profissional de referência, como psicólogo, fisioterapeuta, assistente social ou psiquiatra. Pesavam-se critérios sociais, econômicos e culturais, além de seu potencial e aptidões, segundo o estudo.

"Esse foi o maior problema que encontramos: as decisões agora ficam concentradas no médico perito, desconfigurando toda a proteção a saúde do trabalhador. O segurado fica desprotegido porque não tem mais uma avaliação da escolaridade, do perfil, de onde mora, sua questão familiar. O perito avalia só a restrição física", diz Silva. "As outras questões que interferem no retorno ao trabalho não são consideradas."

No longo prazo, a pesquisadora avalia que a mudança resulta em dificuldades para o trabalhador se reinserir no mercado de trabalho, tornando-o sujeito a trabalhos mais precários e mais suscetível a voltar a depender da assistência social.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**10**

# Rômulo Saraiva estreia no site da Folha coluna que busca decifrar a Previdência

O advogado especialista em **Previdência Social** e consultor Rômulo Saraiva é o novo colunista da Folha. A coluna estreou nesta quarta (2), com textos publicados semanalmente no site.

Autor do livro "Fraude nos Fundos de Pensão" e mestre em direito previdenciário pela PUC-SP, Saraiva é professor universitário e membro da comissão de **Seguridade Social** da OAB de Pernambuco.

A coluna trará informações sobre direito previdenciário que tenham relevância para aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e trabalhadores da iniciativa privada.

A proposta é analisar novidades do mundo previdenciário e mostrar os efeitos práticos de mudanças na legislação, nas normas administrativas e na jurisprudência.

"Será dado um olhar em relação ao que acontece de mais relevante nos tribunais espalhados pelo país para debater os problemas e a insegurança jurídica que pairam nas regras providenciárias. Também pretendo analisar as dificuldades que os trabalhadores enfrentam para terem seus direitos reconhecidos pelo **INSS**", afirma o advogado.

As mudanças na legislação previdenciária e entraves na concessão de benefícios nas agências do **INSS** são fatores que dificultam e, muitas vezes, impedem o acesso a benefícios e revisões, avalia.

"Quando não são conhecidos seus direitos, uma das consequências mais nefastas é a privação de uma renda de caráter alimentar. O **INSS** responde por quase metade de todas as demandas na Justiça Federal em todo o Brasil" afirma o advogado.

Em sua primeira coluna, Saraiva explica como o comércio ilegal de dados do **INSS** expõe os trabalhadores e os aposentados.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

10

# Bolsonaro pede ao Congresso poder para zerar impostos do diesel

**Ricardo Della Coletta**

Em meio a discussões no governo sobre uma proposta para reduzir a tributação de combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro (PL) fez um apelo, nesta quarta-feira (2), a parlamentares por apoio a uma medida que lhe permita zerar **impostos** federais sobre o diesel sem compensação de receita.

"Peço agora ajuda aos parlamentares aqui. Ninguém vai fazer nenhuma barbaridade, mas quero que emergencialmente me deem os poderes de zerar o imposto do diesel -do gás de cozinha nós já zeramos-, para enfrentar esses desafios", afirmou Bolsonaro, durante cerimônia no Palácio do Planalto em alusão a novas regras de prova de vida do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Ao fazer a declaração, Bolsonaro também ressaltou que o governo busca uma alternativa para conter o preço dos combustíveis.

O governo discutiu, durante as últimas semanas, o envio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para mexer na tributação de combustíveis. A PEC seria usada para permitir a redução de alíquotas sem necessidade de compensação, afastando exigências da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) já convenceu Bolsonaro a limitar o alcance da desoneração apenas ao diesel, o que reduz o impacto da medida para até R\$ 17 bilhões. Um corte de alíquotas que alcançasse também gasolina, etanol e energia elétrica poderia custar mais de R\$ 70 bilhões.

Na segunda-feira (31), Bolsonaro disse que o governo desistiu de enviar ao Congresso a PEC. A solução, disse ele, deve vir do próprio Congresso.

O governo já vinha desidratando a proposta original, principalmente por resistências internas. Primeiro, desistiu da criação de um fundo para estabilizar os preços, depois, limitou os benefícios da PEC ao diesel.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

10

# Atenção aos gastos tributários (Artigo)

*Pedro Forqueto, Fabiana Rocha e Luis Meloni*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

# Com Selic em dois dígitos, renda fixa ganha protagonismo

*Adriana Cotias e Júlia Lewgoy De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131)

# Todas as pessoas com mais de 16 anos e que não possuem renda própria podem contribuir para a Previdência Social

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/02/03/RDIOCMARAFM9>**

**69DF-06.59.52-07.00.42-1643885733.mp3**

# PGR é cobrada sobre suposto crime de Bolsonaro



**LUANA PATRIOLINO**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 15 dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se pronuncie sobre o crime de violação de sigilo funcional do presidente Jair Bolsonaro, apontado pela Polícia Federal, no vazamento de informações sobre o ataque hacker ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018. O órgão pode pedir mais investigações, o indiciamento do chefe do Executivo ou o arquivamento do caso.

Também por determinação de Moraes, a PGR tem de se manifestar sobre notícias-crimes contra Bolsonaro por desobedecer à ordem de prestar depoimento à PF sobre a investigação (leia reportagem abaixo).

No relatório enviado ao Supremo, a Polícia Federal concluiu que Bolsonaro cometeu crime por vazar os dados durante uma live, com apoio do deputado Filipe Barros (PSL-PR) e do ajudante de ordens do presidente Mauro Cid (veja Entenda o caso). Os dados também foram divulgados nas redes sociais do chefe do Executivo. O documento destaca que Bolsonaro e Barros não foram indiciados por terem foro privilegiado, ao contrário de Mauro Cid.

O relatório final foi assinado pela delegada Denisse Ribeiro, responsável pelo caso. Ela enfatizou que, mesmo sem o depoimento de Bolsonaro, as provas juntadas durante a apuração se mostraram suficientes para a conclusão das investigações. No documento, ela pede o compartilhamento das informações com o inquérito sobre a atuação de milícias digitais.

Como havia antecipado na semana passada, Denisse Ribeiro frisou que Bolsonaro e Barros tiveram "atuação direta, voluntária e consciente" na prática do crime do vazamento de dados sigilosos, pois, segundo ela, "na condição de funcionários públicos, revelaram conteúdo de inquérito policial que deveria permanecer em segredo até o fim das diligências (Súmula nº 14 do STF)".

Segundo o documento, "conforme o conjunto probatório, há lastro para afirmar" que Barros "obteve acesso à documentação com o argumento de que a empregaria no exercício de suas funções como relator da PEC nº 135/2019 (proposta do voto impresso, rejeitada pelo Congresso), mas utilizou o referido material para auxiliar Jair Messias Bolsonaro na narrativa de vulnerabilidade do sistema eleitoral brasileiro".

Ainda conforme o relatório, Bolsonaro divulgou as informações "com o nítido desvio de finalidade e com o propósito de utilizá-lo como lastro para a difusão de informações sabidamente falsas, com repercussões danosas para a administração pública".

Na avaliação do advogado constitucionalista Leandro Almeida de Santana, a atitude de Bolsonaro poderia resultar até mesmo no afastamento do cargo. "Além de não cooperar com a investigação e exercer seu direito de defesa, Bolsonaro cometeu crime comum de desobediência, punível com detenção de até seis meses e multa, e crime de responsabilidade ante o descumprimento de ordem judicial, o que configura hipótese de processo de impeachment prevista na Lei 1.079/50", ressaltou.

"Narrativa fraudulenta"

À PGR, o ministro Alexandre de Moraes corroborou a avaliação da delegada Denisse Ribeiro ao afirmar que a divulgação dos dados pelo presidente teve "o objetivo de expandir a narrativa fraudulenta contra o processo eleitoral" para "tumultuá-lo, frustrá-lo ou impedi-lo, atribuindo-lhe, sem quaisquer provas, caráter duvidoso sobre a lisura do sistema de votação no Brasil".

Entenda o caso

O inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente Jair Bolsonaro foi instaurado em agosto do ano passado, logo após o chefe do Executivo divulgar informações sigilosas de investigação da Polícia Federal sobre denúncias de invasão ao sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018. Na ocasião, em live, Bolsonaro e o deputado Filipe Barros (pSI-PR) deram informações sobre o inquérito e depois publicaram o documento nos seus perfis nas redes sociais. De acordo com os dois, os sistemas digitais do TSE teriam sido alvo de invasão entre abril e novembro de 2018. Eles garantiram que, nesse período, o hacker teve acesso ao código-fonte das urnas eletrônicas.

No dia seguinte, o TSE reagiu às denúncias. A Corte afirmou que "o acesso indevido, objeto de investigação, não representou qualquer risco à integridade das eleições de 2018". "Isso porque o código-fonte dos programas utilizados passa por sucessivas verificações e testes, aptos a identificar qualquer alteração ou manipulação. Nada de anormal ocorreu", informou. Após rebater Bolsonaro, o TSE pediu ao STF a abertura do inquérito contra o presidente, apontando a possibilidade de ele ter cometido crimes previstos no artigo 153 do Código Penal, que proíbe a divulgação, sem justa causa, de informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da administração pública. A pena prevista é de um a quatro anos de prisão.

Moraes atendeu ao TSE e abriu o inquérito de ofício, ou seja, sem que o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestasse previamente sobre a pertinência da investigação.

Antes de ser intimado a depor no caso, Bolsonaro teve 15 dias, depois prorrogados para 60, para ajustar com as autoridades policiais os moldes em que ocorreria a oitiva e informar o Supremo. Como o presidente não indicou local, dia e horário para a realização do interrogatório no prazo de 60 dias - que expirou no último dia 28 -, Moraes determinou a intimação dele para depor. Bolsonaro, no entanto, não compareceu.

## Servidor faz novo ato por reajuste



*Fernanda fernandes*

**Servidores públicos** fizeram ontem mais uma manifestação para pedir reposição salarial linear imediata de 19,99% para todas as categorias do serviço público e a derrubada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, da reforma administrativa. O ato foi convocado pelos fóruns das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe) e Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que já haviam promovido protesto em 18 de janeiro.

Os servidores, inicialmente, se concentraram em frente ao Ministério da Economia e, depois, se deslocaram para a Praça dos Três Poderes. Dirigentes sindicais afirmaram que o calendário de mobilizações deverá se intensificar nas próximas semanas. Isso porque, por se tratar de ano eleitoral, negociações salariais só podem ser realizadas até 2 de abril.

"O dia de hoje é de cobrança aos três Poderes para que atendam às nossas reivindicações e instalem processo de negociação", afirmou Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - Condsef.

De acordo com o dirigente, ofícios foram enviados, em dezembro, ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Casa Civil e ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas nenhuma resposta foi dada, até o momento.

Ainda ontem, os servidores do Banco Central (BC) decidiram, em assembleia, que farão uma paralisação, no próximo dia 9, para reivindicar reajuste salarial.

# Bolsonaro cometeu crime ao vazar inquérito, diz PF



Moraes deu 15 dias de prazo para a PGR se manifestar sobre a falta de Bolsonaro ao depoimento na PF

**Luana Patriolino**

A Polícia Federal concluiu que o presidente Jair Bolsonaro teve conduta criminosa ao vazar o inquérito sigiloso que apura um ataque hacker ao TSE. O relatório final da investigação foi enviado na noite de terça-feira ao ministro Alexandre de Moraes. A delegada federal Denisse Ribeiro está à frente do inquérito. Ela pediu a Moraes compartilhamento do caso com a investigação das milícias digitais. Ribeiro reiterou convicção, mesmo sem o depoimento do chefe do Executivo, que faltou à oitiva na última sexta-feira. Para a PF, as provas juntadas durante a investigação são suficientes para a conclusão. O inquérito, entretanto, não indícia o presidente com o argumento de que ele tem foro privilegiado.

A delegada manteve a conclusão de que Bolsonaro e o deputado Filipe Barros tiveram "atuação direta, voluntária e consciente" na prática do crime de vazamento de dados sigilosos, pois, segundo ela, "na condição de funcionários públicos, revelaram conteúdo de inquérito policial que deveria permanecer em segredo até o fim das diligências (Súmula 14 do STF).

"O inquérito policial mencionado continha diligências investigativas sigilosas em andamento e que não deveriam ter sido publicizadas a particulares, pois estavam relacionadas à apuração em curso", escreveu a PF. "Todos [os investigados], portanto, revelaram fatos que tiveram conhecimento em razão do cargo e que deveriam permanecer em segredo até a conclusão das investigações, causando danos à administração pela vulnerabilização da confiança da sociedade no sistema eleitoral brasileiro e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tudo com a adesão voluntária e consciente do próprio mandatário da nação", explica a PF no documento enviado ao STF.

Segundo a PF, há provas de que o deputado Filipe Barros obteve as informações sigilosas para auxiliar o presidente na "narrativa de vulnerabilidade do sistema eleitoral". "Conforme o conjunto probatório, há lastro para afirmar que Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro obteve acesso à documentação com o argumento de que a empregaria no exercício de suas funções como relator da PEC 135/2019, mas utilizou referido material para auxiliar Jair Messias Bolsonaro na narrativa de vulnerabilidade do sistema eleitoral brasileiro", concluiu a PF.

NOTÍCIA-CRIME Ainda ontem, Alexandre de Moraes enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR) notícia-crime contra Bolsonaro por falta ao depoimento na Polícia Federal, marcado para a semana passada. O chefe do Executivo descumpriu uma determinação da corte para participar da oitiva. "Em 2 de fevereiro de 2022: Abra-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se", escreveu Moraes.

Bolsonaro é investigado por vazamento de documentos sigilosos. Durante transmissão ao vivo pela internet, em 20 de agosto do ano passado, ele divulgou os autos de um inquérito que corre na PF sobre uma suposta invasão a um dos softwares do TSE. O presidente decidiu faltar à oitiva e apresentou agravo por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), mas o recurso foi negado por Moraes.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recebeu prazo de 15 dias para explicar se o presidente cometeu crime no caso dos vazamentos de documentos sigilosos. A determinação é do ministro Alexandre de Moraes. O magistrado destacou que, ontem, foi juntado aos autos do Inquérito 4.878 o relatório final das investigações, encaminhado pela Polícia Federal, dando por "encerrado o trabalho da Polícia Judiciária da União".

Aras também deverá se manifestar sobre uma petição em que o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) solicita "medidas cabíveis" para a persecução criminal de Bolsonaro por ter faltado ao depoimento marcado pelo ministro. Procurado, o Palácio do Planalto não se manifestou. O deputado Filipe Barros divulgou nota dizendo que nenhum crime foi cometido pelo presidente ou por ele. (Com agências)

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/02/2022/p1>**

# PF minimiza falta de Bolsonaro a depoimento

**José Marques e Fabio Serapião**

A delegada federal Denisse Ribeiro enviou ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), a conclusão do inquérito sobre o vazamento de uma investigação de ataque hacker ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Denisse reafirma no relatório, encaminhado na tarde desta segunda-feira (31), ter visto crime na atuação de Jair Bolsonaro, do deputado Filipe Barros (PSL-PR) e do ajudante de ordens presidencial Mauro Cid no caso.

Mesmo sem indiciamento formal, é a primeira vez que a PF imputa crime ao presidente nas investigações que tramitam sob a relatoria de Moraes.

Ainda no relatório, a delegada diz que a ausência do presidente no depoimento na sexta (28) não trouxe prejuízo aos esclarecimentos dos fatos.

O presidente da República faltou à oitiva que havia sido marcada por Moraes. A AGU (Advocacia-Geral da União) chegou a entrar com um recurso para desobrigá-lo a comparecer, o que foi negado minutos depois pelo ministro.

Em declaração enviada à PF na própria sexta-feira, Bolsonaro alegou que exerceu seu "direito de ausência" e disse que sua posição encontra respaldo em decisão do Supremo.

Com esse documento da polícia, o imbróglio envolvendo o depoimento de Bolsonaro deve chegar ao fim.

Moraes deve enviar a conclusão da delegada para a PGR (Procuradoria-Geral da União) se manifestar e, depois, tomar uma decisão a respeito -se abre ou não uma ação penal contra o presidente.

Não há prazo para término dessas próximas fases.

O inquérito em questão apurava a divulgação de uma investigação sigilosa aberta em 2018 sobre um ataque hacker no sistema do TSE. Os documentos do caso foram usados em uma live realizada pelo presidente no dia 4 de agosto do ano passado.

O material foi mostrado ao vivo por Bolsonaro para embasar o discurso, sem provas, de que há vulnerabilidade nas urnas eletrônicas e que as eleições de 2018 teriam sido fraudadas.

O deputado, o ajudante de ordens e seu irmão, Daniel Cid, um assessor da comissão que analisa a PEC do voto impresso na Câmara e o delegado responsável pelo inquérito divulgado foram ouvidos pela PE "As oitivas das pessoas envolvidas indicam entretanto que o inquérito obtido foi utilizado com desvio da finalidade anunciada ao presidente do feito, sendo repassado a outros funcionários públicos (presidente da república e assessor especial Mauro Cid) para ser amplamente divulgado como lastro para ilações lançadas durante a chamada live presidencial", diz o relatório.

Na conclusão, a delegada diz que a divulgação do inquérito se deu com "o nítido desvio de finalidade e com o propósito de utilizá-lo como lastro para difusão de informações sabidamente falsas, com repercussões danosas para a administração pública".

O próprio delegado do caso divulgado por Bolsonaro disse em seu depoimento que a investigação conduzida por ele não identificou manipulação dos votos ou ataque à integridade das urnas.

No relatório final, a delegada também rebate a tese levantada pela defesa de Bolsonaro de que o inquérito não estava em sigilo e, portanto, não haveria ocorrido o vazamento.

Ela argumenta que "o inquérito policial, ao contrário do processo judicial, possui como regra o sigilo, conforme doutrina majoritária, posicionamento dos tribunais (inclusive súmula 14 do STF) e diante do artigo 20 do Código de Processo Penal".

Ao concluir o relatório, Denisse faz duas solicitações a Moraes. Uma delas é o compartilhamento do caso com a investigação das milícias digitais.

O entendimento da investigadora é que o vazamento e o uso do conteúdo para disseminar desinformação é mais um evento que envolve a organização criminosa investigada no inquérito, que também é relatado por Moraes.

A delegada também pede que a quebra de sigilo

telemático do ajudante de ordens do presidente seja compartilhada com o inquérito que apura uma live em que Bolsonaro associou a vacina contra Covid ao desenvolvimento da Aids.

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49810&\\_ga=2.264244747.588840098.1643859069-863687455.1635773691&\\_mather=830b9e8b978e452f&anchor=6449444&pd=58af333f2887e0e78f3e41c630ccb4cd](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49810&_ga=2.264244747.588840098.1643859069-863687455.1635773691&_mather=830b9e8b978e452f&anchor=6449444&pd=58af333f2887e0e78f3e41c630ccb4cd)**

# Renúncia com corte de IPI pode alcançar R\$ 24 bilhões

*Edna Simão e Lu Aiko Otta*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

# Moraes envia à PGR inquérito contra Bolsonaro

*Luísa Martins*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

# Bolsonaro cita regulação da mídia e de redes sociais para atacar Lula e TSE



O presidente Jair Bolsonaro (PL) fez um discurso na abertura dos trabalhos de 2022 do Poder Legislativo com indiretas a um de seus prováveis rivais na disputa pela Presidência nas eleições deste ano, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O chefe do Executivo disse que não irá regular a mídia e a imprensa nem revogará a reforma trabalhista, como o petista sinalizou que poderia fazer em declarações recentes.

"Não deixemos que qualquer um de nós, quem que esteja no Planalto Central, ouse regular a mídia, não interessa por qual intenção e objeto. A nossa liberdade, a liberdade de imprensa garantida em nossa Constituição não pode ser violada ou arranhada por quem quer que seja nesse país", disse o presidente.

Apesar da fala, Bolsonaro acumula em seu governo diferentes ações para atacar e intimidar o trabalho da imprensa. Não fala exatamente de regulação, mas trata jornalistas com xingamentos, faz ameaças a órgãos de imprensa diversos e já mobilizou o Planalto para tomar medidas pelo sufocamento da mídia.

Aliados do presidente são alvos de decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) por publicações nas redes sociais. Em setembro do ano passado, na véspera de manifestação de raiz golpista e pró-go-verno, Bolsonaro assinou MP (medida provisória) para limitar a remoção de contas e perfis. O texto foi devolvido ao Executivo pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por gerar "insegurança jurídica". Na fala desta quarta-feira no Congresso Nacional, Bolsonaro também criticou a possibilidade de regulação da internet e disse que "a nossa liberdade

está acima de tudo". Trata-se de um recado ao TSE.

"Os senhores nunca me verão vir aqui neste parlamento pedir pela regulação da mídia e da internet. Eu espero que isso não seja regulamentado por qualquer outro Poder, a nossa liberdade acima de tudo", afirmou Bolsonaro.

Recentemente, o TSE passou a discutir a possibilidade de banimento do aplicativo de mensagens Telegram, amplamente usado pela militância bolsonarista.

O aplicativo é alvo do TSE e está na mira de ao menos duas apurações, uma na Polícia Federal e outra no Ministério Público Federal.

Atualmente com sede em Dubai, nos Emirados Árabes, o Telegram se vangloria do fato de não colaborar com autoridades, ainda que seja alvo de decisões judiciais.

Como mostrou a coluna Painel, da Folha, investigadores na esfera cível e criminal que atuam em apurações sobre disseminação de fake news, discurso de ódio e desinformação não veem muita saída além do bloqueio do Telegram no Brasil.

As autoridades vêm tentando contato com a empresa, sem sucesso, o que torna inviável aplicar multas ou outras sanções em caso do descumprimento de ordens judiciais, como foi a de Moraes de agosto do ano passado.

Com pouca moderação e uma estrutura propícia à viralização, o uso indevido do serviço de comunicação é uma das preocupações do TSE para as eleições deste ano.

Além de Bolsonaro, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, também participou da cerimônia de abertura dos trabalhos do Poder Legislativo, na Câmara dos Deputados.

Um dia antes, Bolsonaro não compareceu à cerimônia de abertura do Judiciário, argumentando que iria sobrevoar áreas afetadas pelas enchentes na Grande São Paulo.

Na manhã desta quarta-feira, o presidente fez

provoações contra integrantes de outros Poderes, em referências veladas ao Judiciário, um dia após cobranças de Fux e do ministro Luís Roberto Barroso, que além de membro do STF é presidente do TSE.

Em seu discurso na Câmara dos Deputados, o presidente da República relembrou projetos aprovados no seu governo, como a nova lei de licitações, novo marco legal das ferrovias e a posse de armas para produtores rurais. Essa última é uma das principais pautas do chefe do Executivo, e uma das poucas da chamada agenda de costumes que teve andamento no Congresso.

Em outro momento, fez uma nova indireta aos governos petistas: "O homem do campo deixou de ser escravizado de um governo de plantão", disse, ao mencionar a entrega de títulos de propriedade e assentamento.

Bolsonaro também listou projetos que, segundo ele, "merecem atenção e análise do Congresso em 2022". Ele citou o marco legal das garantias, que altera o mercado imobiliário e de oferta de crédito, o da portabilidade da conta de luz, que dá mais liberdade ao consumidor, e a **reforma tributária**. "Contamos, uma vez mais, com as senhoras e os senhores parlamentares para a aprovação e implementação dos projetos de que o Brasil necessita", disse Bolsonaro.

Esse foi o segundo ano seguido que o chefe do Executivo leva pessoalmente a mensagem presidencial ao parlamento desde que assumiu a Presidência da República.

Ele chegou ao Congresso Nacional acompanhado dos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Secretaria de Governo, Flávia Arruda. Os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, e da Saúde, Marcelo Queiroga, e das Comunicação, Fabio Faria, também estiveram presentes na solenidade.

Nos dois primeiros anos de sua gestão no governo federal, o presidente enviou o então ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni para ler sua mensagem ao Congresso.

Durante a cerimônia de abertura dos trabalhos do Legislativo do ano passado, Bolsonaro foi alvo de protesto de parlamentares do PSOL. Foi chamado de "genocida" e "fascista". E respondeu em tom irônico "nos encontramos em 2022".

No ano passado, o governo Bolsonaro apostava em uma nova relação com o Congresso, após ter conseguido eleger os presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Lira e Pacheco.

O governo de fato viu melhorar o diálogo com a Câmara, após dois anos de atritos com o antecessor Rodrigo Maia (sem partido-RJ). Por outro lado, o Senado se tomou um foco de problemas para o governo, barrando a chamada pauta de costumes e impondo algumas derrotas, como a instalação da CPI da Covid.

Além disso, Rodrigo Pacheco (PSD -MG) despontou como pré-candidato ao Planalto, incomodando Bolsonaro e seus aliados mais próximos.

Também durante a sessão desta quarta, Pacheco e Lira divergiram em seus discursos sobre preocupações e riscos das eleições gerais deste ano.

Enquanto Pacheco afirmou que um dos desafios será a "defesa da democracia" e defendeu que derrotados respeitem o resultado da disputa, o deputado afirmou que os interesses políticos dos envolvidos devem ficar para outubro.

Aliado de Bolsonaro, Lira ainda mandou um recado velado a Lula ao dizer que, independentemente da conjuntura futura, retrocessos discricionários "e quiçá imperiais" não serão permitidos.

O ex-presidente tem sinalizado interesse em reverter a reforma trabalhista, afirmando que ela não gerou empregos. Ele também contestou a prioridade dada ao teto de gastos, mecanismo que corrige as despesas pela **inflação** acumulada em 12 meses.

Lira, que falou antes de Pacheco, pediu que todos deixem as eleições para outubro. "Deixemos os interesses políticos para outubro e agora trabalhemos com ainda mais afinco e unidos para aprovar as medidas que são tão necessárias para o país e para os brasileiros." "As disputas e tensionamentos devem ficar para o momento de campanha. Agora o momento é união e diálogo porque o país tem pressa", disse o presidente da Câmara.

As críticas de Pacheco foram feitas quando estava ao lado de Bolsonaro, que já questionou a lisura das eleições, afirmou sem provas que venceu no primeiro turno o pleito de 2018 e levantou dúvidas sobre a confiabilidade do sistema de urnas eletrônicas.

Pacheco também afirmou que um dos desafios deste ano será a "defesa da democracia". E disse ser fundamental que o processo eleitoral não seja prejudicado pela divulgação de informações falsas.

Ele criticou o negacionismo no enfrentamento da pandemia e a disseminação de informações falsas, em um momento de crise sanitária. Ainda ao lado de Bolsonaro, citou que os brasileiros passaram a usar

máscara para evitar a infecção -o presidente já foi multado diversas vezes por não usar o item de segurança-e defendeu a vacinação em massa da população.

Em algumas partes do discurso, Lira alfinetou o Senado, onde estão travados alguns projetos já aprovados pela Câmara dos Deputados.

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49810&\\_ga=2.264244747.588840098.1643859069-863687455.1635773691&\\_mather=830b9e8b978e452f&anchor=6449444&pd=58af333f2887e0e78f3e41c630ccb4cd](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49810&_ga=2.264244747.588840098.1643859069-863687455.1635773691&_mather=830b9e8b978e452f&anchor=6449444&pd=58af333f2887e0e78f3e41c630ccb4cd)**

# Lira pede solução para preços dos combustíveis



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse, ontem, que o Congresso pode discutir uma solução conjunta para os preços dos combustíveis. Em ano eleitoral, o governo pretende enviar ao Parlamento uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para zerar **impostos** federais sobre o diesel.

"Uma das nossas maiores preocupações é o preço dos itens essenciais ao povo brasileiro: alimentação, energia e combustíveis", declarou Lira, durante a sessão solene que inaugurou os trabalhos do Congresso neste ano, ao comentar que o Brasil e o mundo sentem as consequências econômicas da pandemia de covid-19.

Em seu discurso, Lira disse que a questão dos "constantemente e seguidos" reajustes nos preços dos combustíveis continua indefinida.

Na segunda-feira, o presidente da Câmara se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir a PEC que o governo quer apresentar aos parlamentares, com foco no diesel.

## Impactos

O presidente Jair Bolsonaro chegou a considerar um fundo de estabilização para os preços dos combustíveis, mas recuou da ideia.

"O que não se pode fazer, em nossa visão, é protelar indefinidamente o assunto e ignorar os efeitos de seus impactos perversos sobre a economia nacional e a sociedade brasileira", destacou Lira (leia mais sobre combustíveis na página 7).

Anastasia deixa Senado por vaga no TCU

O senador Antonio Anastasia (PSD-MG) despediu-se, ontem, do mandato parlamentar. Ele vai assumir vaga como ministro do Tribunal de Contas da União. "Consegui cumprir um ciclo de experiência no Parlamento e o fiz com muita dedicação", afirmou. "Nesse caso de renúncia, não titubeei nenhuma vez, pois sei que deixarei meu cargo em boas mãos", acrescentou, em relação ao sucessor, Alexandre Silveira. A indicação de Anastasia para o TCU foi aprovada pelos congressistas em dezembro do ano passado.

# Juros vão a 10,75% e BC prevê nova alta

**Rosana Hessel**

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 1,5 ponto percentual, como esperado pelo mercado. A taxa subiu de 9,25% para 10,75% ao ano, o maior patamar desde maio de 2017. Foi o oitavo aumento consecutivo na Selic. Com a alta, o Brasil passou a ter a maior taxa real de juros do mundo, segundo ranking de 40 países elaborado pela Infinity Asset Management.

Em **comunicado**, os diretores do BC sinalizaram que continuarão elevando a Selic, mas em intensidade menor. "O Comitê antevê como mais adequada, neste momento, a redução do ritmo de ajuste da taxa básica de juros. Essa sinalização reflete o estágio do ciclo de aperto, cujos efeitos cumulativos se manifestarão ao longo do horizonte relevante", informou a nota. O texto demonstrou preocupação com a deterioração fiscal, apesar da melhora das contas públicas em 2021 e informou que os passos futuros da política monetária para assegurar a convergência da **inflação** para as metas "dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de **inflação** para o horizonte relevante da política monetária".

Para analistas, a redução do ritmo do aperto monetário foi a principal sinalização do Copom, mas não há consenso sobre quando o ciclo de alta terminará. As projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estão em 5,38% - acima do teto da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 5%. Analistas apostam que, na próxima reunião do Copom, em 15 e 16 de março, a Selic deverá subir mais 1 ponto percentual, para 11,75%. Esse patamar, no entanto, não deve fazer a **inflação** voltar para a meta e ainda ajudará a travar o crescimento da economia.

Para Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, o **comunicado** sinalizou o fim do ciclo em março, quando a Selic deverá ficar em 11,75%, podendo recuar para 10,75% no fim do ano. "Mesmo com o Banco Central preocupado com o balanço de riscos e com as expectativas de **inflação** de 2022 acima do teto da meta, o Copom sinalizou que mudou o foco e começou a olhar para o comportamento do IPCA de 2023", afirmou.

Já o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, prevê mais duas altas na Selic, com o ciclo

terminando em maio. "O Copom mudou o tom e vai ser menos agressivo na política monetária e, provavelmente, deverá escalonar o aumento dos juros em 1 ponto percentual, em março, e em 0,5 ponto na reunião seguinte, até a Selic chegar a 12,25%. Como há muitos riscos ao longo deste ano devido às eleições, dificilmente haverá espaço para o BC iniciar uma redução, porque a **inflação** continuará acima da meta", avaliou. Ele prevê os juros nesse patamar até dezembro, quando o IPCA encerrará o ano em 5,8%. "E muitos riscos devem persistir em 2023, com o novo governo, pois a **inflação** continuará acima do centro da meta, de 3,25%, devendo encerrar o ano em 4%." Na avaliação de Marcos Ross, economista-chefe do banco chinês Haitong no Brasil, o **comunicado** do Copom foi vago e deixou espaço para muitas interpretações. "O destaque foi o anúncio da redução do ritmo de ajuste. No meu entendimento, isso vai deixar a porta aberta para muitas interpretações. Primeiro, porque não está claro se o BC vai desacelerar para um ritmo de alta de 1 ponto percentual ou de 0,75 ponto ou até mesmo menor. Segundo, porque não é possível prever até onde esse ciclo vai", afirmou. Ross reforçou que "há muitos desafios na mesa", como a **inflação** mais alta que o esperado e mais disseminada, e maior deterioração esperada nas contas públicas por conta da redução de **impostos** dos combustíveis. Ele adiantou que pretende elevar de 5,3% para 5,6%, a projeção do IPCA deste ano.

Economista-chefe da JF Gestora de Recursos, Eduardo Velho ressaltou que não será fácil para o BC conseguir trazer a **inflação** deste ano para dentro da meta. "Pelas nossas estimativas, mesmo se a Selic for a 12%, o IPCA encerrará 2022 acima da meta, em 6,13%, e, por isso, será necessário uma taxa de juros muito maior para o BC conseguir ancorar as previsões do mercado em um cenário com eleições internas e altas de juros nos países desenvolvidos", disse.

O ex-diretor do Banco Central e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, reforçou que, para evitar um novo constrangimento de ter que redigir carta pública explicando o descumprimento da meta pelo segundo ano seguido, "é bem razoável, devido à pandemia, que o BC proponha uma mudança na meta atual". "O BC vai continuar subindo a Selic, mas não pode deixá-la chegar a 12%, porque estará contratando uma recessão com os juros nesse patamar", alertou.

## Escalada

Com inflação mais persistente em um cenário cheio de incertezas na economia e na política, Banco Central eleva a taxa básica de juros (Selic) em 1,5 ponto percentual

### Evolução dos juros

Taxa Selic (em % ao ano)



\*Previsão da MB Associados

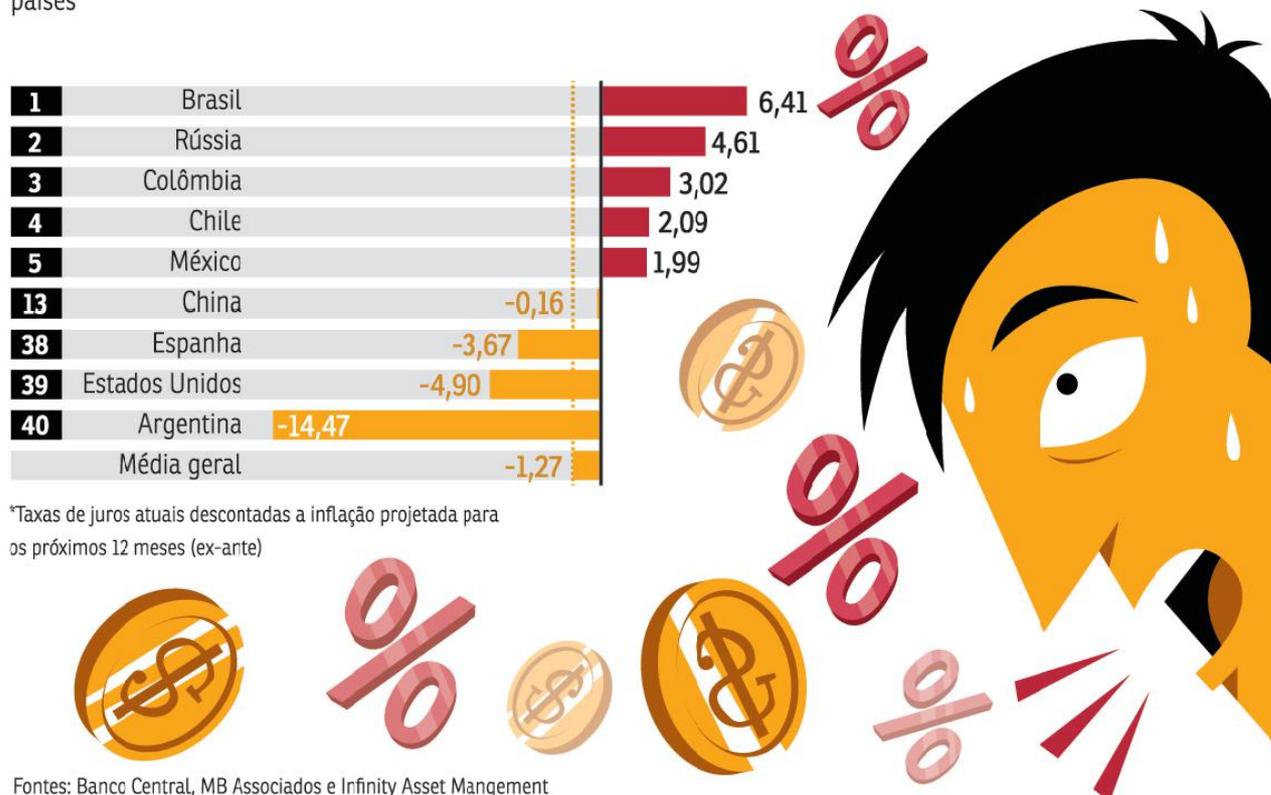
**5%** Teto da meta de inflação deste ano, abaixo das previsões do mercado, de 5,38%

**0,3%** Mediana das previsões do mercado para o crescimento do PIB de 2022, conforme o boletim Focus

**11,75%** Mediana das previsões do mercado para a taxa Selic em dezembro deste ano, conforme o boletim Focus

### Ranking global

Com a nova taxa Selic, o Brasil sobe para a liderança dos juros reais (descontada a inflação), em uma listagem de 40 países



\*Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses (ex-ante)

Fontes: Banco Central, MB Associados e Infinity Asset Management

# Produção da indústria sobe 3,9% em 2021, mas permanece no nível de 2009

**Leonardo Vieceli**

Após dois anos em queda, a produção industrial brasileira voltou a crescer, com alta de 3,9% no acumulado de 2021, informou nesta quarta-feira (2) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado, porém, é associado em grande parte a uma base de comparação fragilizada. Em 2020, ano inicial da pandemia, o indicador havia amargado tomo de 4,5%, após queda de 1,1% em 2019.

Mesmo com o resultado positivo no acumulado de 2021, o maior desde 2010 (10,2%), a produção das fábricas não conseguiu recuperar o patamar pré-coronavírus. Em dezembro, ficou em nível 0,9% inferior ao de fevereiro de 2020, antes dos efeitos da Covid-19.

Segundo André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, o patamar atual da produção industrial é similar ao do começo de 2009. À época, a economia global tentava se recuperar da crise de 2008. A comparação reforça as dificuldades do setor para avançar no país.

No recorte mensal, a produção industrial subiu 2,9% em dezembro, na comparação com novembro de 2021, apontou o IBGE. A alta veio após estagnação (0%) no mês anterior, que interrompeu a sequência de cinco quedas do indicador.

O desempenho de dezembro surpreendeu o mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço de 1,6% frente a novembro.

Macedo disse que o crescimento traz uma sinalização positiva para o setor industrial. O resultado, entretanto, também está bastante associado a uma base de comparação fragilizada, avaliou o técnico.

Nesta quarta, o IBGE informou ainda que, em relação a dezembro de 2020, a produção das fábricas caiu 5%. Nesse recorte, as estimativas de analistas sinalizavam retração maior, de 5,9%.

Macedo lembrou que, mesmo com a alta acumulada em 2021, a indústria passou a dar indícios de perda de fôlego no decorrer do ano.

"Em 2021, houve uma característica decrescente ao longo do ano, uma vez que houve ganho acumulado de 13% no primeiro semestre, e, posteriormente, o setor industrial mostrou redução de fôlego", disse.

No segundo semestre, a produção recuou 3,4%. "Os resultados positivos dos primeiros meses do ano tinham relação com uma base de comparação muito depreciada, já que em 2020 houve perdas bastante intensas para a indústria", indicou Macedo.

No acumulado dos 12 meses de 2021, a produção das fábricas teve resultados positivos em 18 das 26 atividades investigadas pelo IBGE. Os destaques vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (20,3%), máquinas e equipamentos (24,1%) e metalurgia (15,4%).

"É um ano em que a indústria cresce sobre um período de muita perda. Essa também é uma característica da atividade de veículos automotores, que, em 2020, teve acumulado no ano de -27,9%", disse Macedo.

Para o economista Rafael Cagnin, do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), o crescimento da produção em 2021 significa um simples "efeito estatístico" depois de dois anos de queda.

Ele sublinha que o setor já vinha em dificuldades antes da pandemia. De acordo com o IBGE, a produção industrial caiu em seis dos últimos dez anos no país.

"O crescimento de 3,9% tem de ser analisado nesse contexto", diz Cagnin.

"A reação passa pela retomada de reformas e pela conscientização de que, além de enxergar os problemas do passado, o país também precisa olhar para o futuro e as transformações tecnológicas do mundo", acrescenta.

A escassez de insumos ainda é apontada como um problema que atinge parte das fábricas. A falta de componentes é associada à pandemia, que desalinhou cadeias produtivas globais. Montadoras de veículos, por exemplo, chegaram a paralisar linhas de produção devido ao quadro.

A falta de insumos tem sido acompanhada pelo

aumento de preços. Em 2021, a **inflação** de mercadorias usadas pela indústria acumulou alta de 28,39%, de acordo com o IPP (Índice de Preços ao Produtor).

O avanço foi o maior já registrado na série histórica, iniciada em 2014. O IPP, outro indicador do IBGE, mede a variação dos preços na porta de entrada das fábricas, sem o efeito de **impostos** e fretes.

Analistas consideram que a escalada da **inflação** para o consumidor brasileiro e a renda do trabalho em queda também representam um obstáculo para a recuperação industrial. Em conjunto, os dois fatores dificultam a compra de bens por parte das famílias.

"Há os reflexos da pandemia no processo produtivo, como encarecimento dos custos de produção e falta de matérias-primas, e, também, pelo lado da demanda doméstica, **inflação** em patamares mais elevados e mercado de trabalho que, embora tenha mostrado algum grau de recuperação, ainda é muito caracterizado pela precarização das condições de emprego, com salários menores", pontuou Macedo.

Na comparação com novembro, a expansão de 2,9% da indústria geral foi puxada pela produção de veículos automotores, reboques e carrocerias. O segmento subiu 12,2% em dezembro. Foi o quarto mês consecutivo de crescimento -período com ganho acumulado de 17,4%.

Outra contribuição em dezembro veio da atividade de produtos alimentícios, que subiu 2,9%. O avanço se deve, principalmente, à produção de açúcar e à volta da exportação de carne bovina para a China, diz o IBGE.

Na avaliação de Macedo, ainda é prematuro avaliar se a alta mensal representa ou não o início de uma reversão das perdas na produção industrial.

Conforme o economista João Leal, da Rio Bravo Investimentos, após a divulgação do dado de dezembro das fábricas, é possível projetar **PIB** (Produto Interno Bruto) com avanço de 0,2% a 0,3% no quarto trimestre de 2021. A estimativa atual da casa, que deve ser revisada nos próximos dias, é de variação menor, de 0,1%.

Porém, Leal diz que o cenário para a indústria e a economia como um todo continua complicado.

"O começo de 2022 deve ter problemas de oferta, com lockdown na China e fechamento de alguns portos. Além disso, ainda há os efeitos sobre a demanda, com **inflação** elevada e recuperação do mercado de trabalho marcada por salários mais baixos", analisa.

Na visão de economistas, a produção industrial tende a andar de lado neste ano, com crescimento um pouco acima de zero no acumulado até dezembro.

A incerteza do período eleitoral, o risco de novas variantes do coronavírus, que podem impactar a produção de insumos no mundo, e a pressão inflacionária estão entre as principais ameaças de 2022, aponta Rafael Cagnin, do Iedi.

"O cenário não é muito favorável. Devemos ter **PIB** estagnado, com **inflação** elevada, renda fragilizada e juros altos. Isso compromete o desempenho da indústria."

João Leal, da Rio Bravo, tem avaliação semelhante. "Teremos efeito da **inflação** ainda elevada e o impacto dos juros. Então, o cenário não é positivo", conclui.

A maior parte das atividades industriais ainda está abaixo do pré-pandemia no país. Em dezembro de 2021, 16 das 26 pesquisadas operavam em patamar inferior ao de fevereiro de 2020.

A mais distante do pré-crise é manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos. A atividade estava 24,9% abaixo do pré-pandemia. Na sequência, aparecem móveis e artigos do vestuário, distantes 17,8% e 16,9% de fevereiro de 2020.

A indústria extrativa é a única que está no mesmo nível do pré-pandemia. As outras nove atividades analisadas estão acima. Nesse caso, o destaque vai para produção de máquinas e equipamentos, que operava, em dezembro, 16,5% acima do pré-crise.

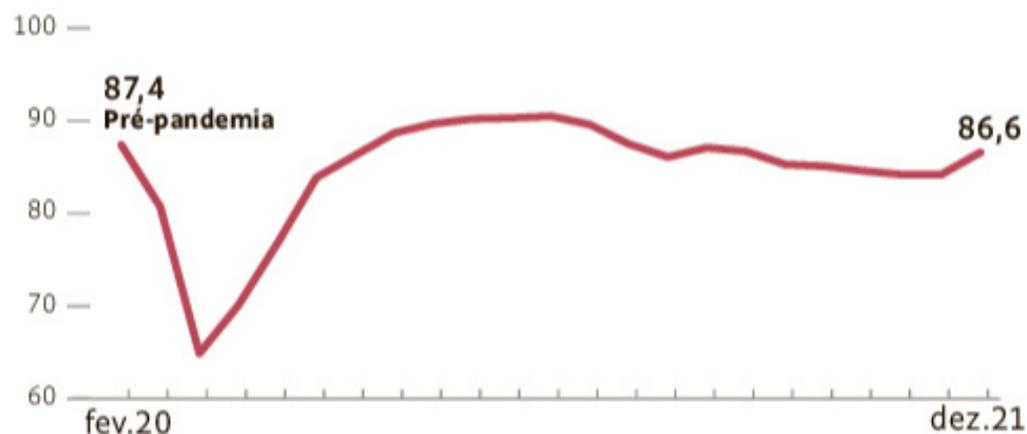
**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49810>

## Produção industrial no Brasil

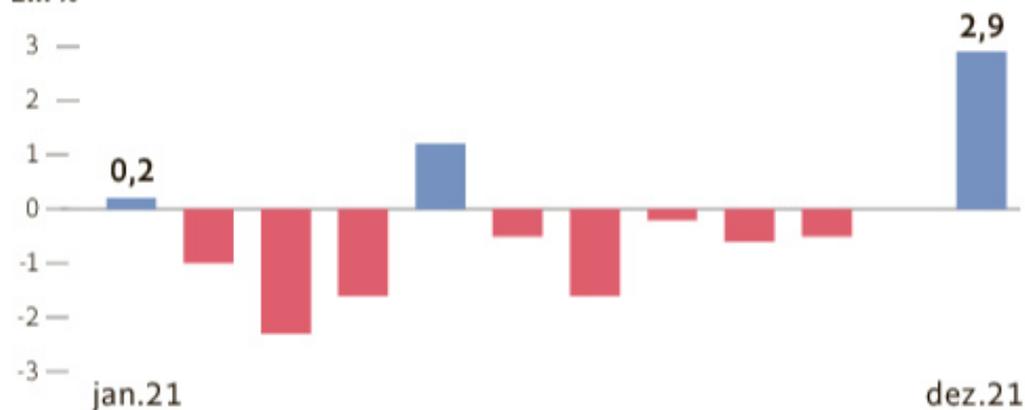
Nível da produção

Em pontos, base = 100



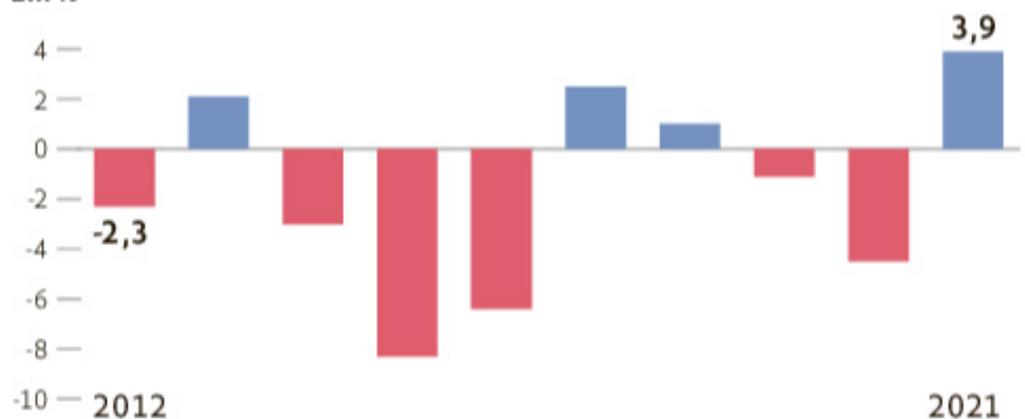
Varição ante o mês anterior

Em %



Acumulado no ano

Em %



Fonte: IBGE

# Os ricos, os tributos e a hipocrisia (Artigo)

**Everardo Maciel**

Em janeiro passado, na reunião anual do Fórum Econômico Mundial, um grupo de mais de 100 milionários, autodesignado Milionários Patriotas, divulgou carta em que reconheciam que suas fortunas cresceram com a pandemia e que os sistemas tributários eram injustos.

Piedosamente, pediam para ser mais tributados.

Logo me veio à lembrança a frase atribuída ao pensador francês La Rochefoucauld (1613-1680): "A hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude".

É certo que os ricos, especialmente os milionários, pagam desproporcionalmente menos **impostos** que os demais contribuintes.

Porém é igualmente certo que as leis tributárias, que lhes permitem pagar menos **impostos**, não decorrem, por óbvio, de pressão política dos pobres. Ao contrário, como se constata na forte oposição, no Congresso norte-americano, às propostas tributárias do presidente Biden.

Para evitar o pagamento de **impostos**, grandes multinacionais e milionários não praticam a vulgar sonegação. Recorrem a talentosos e bem remunerados especialistas que produzem requintados planejamentos tributários, invulneráveis a alíquotas nominais elevadas ou a pretensões de tributação das fortunas. Essa arma, não tão secreta, ainda que desconhecida para os leigos, é um agente formidável na geração de desigualdades entre pessoas e países.

Compungidamente, os que se valem do planejamento abusivo alegam que tão somente lançam mão de brechas na **legislação tributária**, como se elas nascessem por geração espontânea.

Dia após dia, são divulgadas informações que atestam o que vem a ser, no meu entender, o maior escândalo da história da tributação.

Em 2021, Chuck Collins, professor do Institute for Policy Studies, em Washington, publicou um livro (The Wealth Hoarders) em que mostra como os bilionários pagam milhões para esconder trilhões e assim acumular riquezas, por meio de astuciosos planejamentos.

Assinala o autor, entre muitos exemplos, que quase a metade das empresas norte-americanas tem inscrição fiscal em Delaware, conhecido paraíso fiscal. Acrescenta que um único endereço em Wilmington, mais populosa cidade daquele Estado, é o domicílio fiscal de 285 mil empresas.

Em maio do ano passado, com base em dados oficiais, os jornalistas investigativos do site ProPublica demonstraram que os 25 maiores bilionários norte-americanos, entre 2014 e 2018, pagaram imposto de renda à alíquota efetiva média de 3,4%, bem inferior à média dos demais contribuintes. Os Milionários Patriotas, timidamente, não reagiram

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Em aceno à indústria, governo estuda reduzir IPI entre 15% e 30%

**LORENNA RODRIGUES**

O governo Jair Bolsonaro estuda reduzir as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) linearmente em 15% a 30%. Conforme um integrante da equipe econômica ouvido pelo Estadão/Broadcast, essas são as simulações que estão na mesa.

A redução de 30% impactaria em R\$ 24 bilhões a arrecadação de **tributos**, o que também diminuiria o repasse do imposto aos Estados (destino de metade da arrecadação do IPI). A ideia é reduzir a alíquota incidente sobre todos os produtos, para não beneficiar setores.

Ficariam de fora apenas aqueles que têm "externalidade negativa", que, por exemplo, ameaçam a saúde do consumidor, entre eles cigarros e bebidas alcoólicas.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vê a redução da alíquota do IPI como positiva.

O gerente executivo de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles, afirma que a medida baixaria os preços ao consumidor final. "Reduz a carga tributária sobre a indústria e sobre quem revende os produtos industriais", diz.

Já a indústria da Zona Franca de Manaus, que tem como diferencial a isenção de IPI, recebe a proposta em tom de revolta.

"Mais uma vez o ministro da Economia, Paulo Guedes, está agredindo o modelo da Zona Franca e desrespeitando o nosso direito constitucional desse diferencial tributário, e o principal deles é o IPI", diz o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

O executivo afirma que, se adotada, a medida poderá pôr em risco cerca de 500 mil empregos na capital amazonense ligados ao polo industrial. Ele também prevê que aumentaria a insegurança jurídica para os investidores estrangeiros.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com capitalização, CAF quer dobrar de tamanho até 2030

*Daniel Rittner*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

# Superávit recorde reforça o caixa de Estados e municípios

**Alex Ribeiro**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187131?page=20&section=1)

# Pacheco alerta contra "investida autoritária"



“Renovemos nosso compromisso e estejamos vigilantes contra a mínima insinuação de investida autoritária. Mais do que simplesmente preservar a democracia que conquistamos, cabe ao Congresso Nacional, a cada ano legislativo, a vontade permanente e a ação constante capaz de aprimorá-la”

■ Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado e do Congresso Nacional

## Ana Mendonça

Ao lado do presidente Jair Bolsonaro (PL), o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fez o discurso de abertura do ano legislativo alertando para "investidas autoritárias" e pediu respeito às urnas durante as eleições deste ano. Pacheco, cotado para ser candidato do PSD à Presidência, afirmou que a defesa da democracia será "um desafio" neste ano. "É papel do Congresso Nacional buscar substituir a polarização pela união nacional em prol do bem comum", afirmou o senador na Mesa da Câmara dos Deputados, onde estavam também o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, entre outras autoridades.

"Renovemos esse nosso compromisso hoje e estejamos vigilantes contra a mínima insinuação de investida autoritária. Mais do que simplesmente preservar a democracia que conquistamos, cabe ao Congresso Nacional, a cada ano legislativo, a vontade permanente e a ação constante capaz de aprimorá-la", destacou Pacheco

"Das instituições da República, esperemos a fiscalização e punição daqueles que atentem contra o processo eleitoral; do eleitor, roguemos senso crítico e responsabilidade para distinguir fatos verdadeiros das inaceitáveis fake news", declarou. O presidente do Congresso também disse que caberá aos perdedores no processo eleitoral "respeitar o resultado das urnas". Mesmo tendo sido eleito em 2018 em segundo turno, Jair Bolsonaro vem alegando que a eleição foi fraudada. Ele acredita que, sem a interferência, teria sido eleito em primeiro turno.

"Sabemos que este ano é um ano especialmente árduo do ponto de vista político, tendo em vista a proximidade das eleições. Num ano de eleições

gerais, caberá ao povo escolher bem seus representantes; aos vencedores, fazer de seu mandato um verdadeiro serviço; e aos perdedores, respeitar o resultado das urnas. É fundamental garantir que o processo eleitoral não seja afetado por manipulações de disparos em massa através de robôs", alertou.

Pacheco afirmou ainda que é preciso romper com o paradigma de que há um engessamento do Poder Legislativo em ano eleitoral. Segundo ele, os parlamentares não podem "deixar questões urgentes em estado de latência" e precisam avançar no debate das grandes reformas estruturantes do Estado.

Para o senador, o Brasil tem pela frente um ano politicamente complexo, em uma conjuntura ainda marcada pela crise sanitária, que tem deixado marcas econômicas e sociais de longo alcance. "É importante que se diga que a continuidade dos trabalhos legislativos não é uma maneira de ignorar a importância das eleições. Pelo contrário, o processo eleitoral é o instrumento de expressão máxima da democracia. Indo além, precisamos avançar no debate das grandes reformas estruturantes do Estado. De fato, há muito buscamos encontrar o ponto ótimo de organização do Estado, eliminando efetivamente os males da ineficiência, do desperdício e da corrupção", afirmou o parlamentar.

O senador disse também que o Legislativo vai trabalhar tendo em mente a estabilidade monetária, o equilíbrio fiscal e o aumento da produtividade, de modo a promover um ambiente normativo estável e seguro, que permita a geração de empregos, bem como o combate estrutural à **inflação**. O presidente do Congresso ainda defendeu o municipalismo, o fortalecimento da Federação e a reforma do sistema tributário nacional, de forma a simplificar o sistema de arrecadação:

"Temos o compromisso de avançar nas propostas que já estão em discussão, como é o caso especial da PEC 110. Este pleito é do setor produtivo, dos contribuintes, dos entes subnacionais. Sabemos da complexidade do tema, mas entendemos que o crescimento de nosso país depende disso, sendo uma prioridade do Congresso Nacional para 2022", avaliou.

## DISPUTAS POLÍTICAS

Em seu discurso, o presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou que não serão admitidos "retrocessos

discricionários". "Não permitiremos retrocessos discricionários e quiçá imperiais. Estou certo de que [os poderes] não pouparão esforços para agir em sintonia, cada qual estritamente dentro de suas competências constitucionais, com o objetivo de satisfazer o que espera e exige a população", afirmou. Ele pediu união ao país e defendeu que as disputas políticas fiquem restritas ao período eleitoral. "As disputas e tensionamentos devem ficar para o momento de campanha. Agora o momento é de união e diálogo porque o país tem pressa", finalizou.

Segundo ele, os maiores desafios a serem enfrentados nos próximos anos são o desemprego e a **inflação**, "sem truques ilusionistas ou aventuras temerárias". Ele também cobrou a continuidade da votação da **reforma tributária**. "Para instituir o imposto sobre dividendos, reduzir o imposto da pessoa jurídica e atualizar a tabela da pessoa física, reduzindo ou eliminando a exação para a população mais pobre", defendeu.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/02/2022/p1>

# Juros voltam a dois dígitos após quase 5 anos; BC indica reduzir ritmo de alta

**Eduardo Cucolo Nathalia Garcia**

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou a taxa básica de juros de 9,25% para 10,75% ao ano nesta quarta-feira (2). Desde julho de 2017, a taxa Selic estava abaixo dos dois dígitos, período em que foi reduzida diante de uma **inflação** em queda e uma atividade econômica praticamente estagnada.

O BC também sinalizou que o ciclo de aperto iniciado em março do ano passado não chegou ao fim, diante de uma **inflação** ainda resistente e que ameaça estourar a meta pelo segundo ano seguido.

Mas disse em seu **comunicado** que, em relação aos seus próximos passos, o comitê antevê como mais adequada, neste momento, a redução do ritmo de ajuste da taxa básica de juros em sua próxima reunião.

Segundo o Copom, essa sinalização reflete o fato de que os efeitos cumulativos do ciclo de aperto monetário ainda se manifestarão ao longo dos próximos meses.

Na reunião anterior, em dezembro, o BC também elevou a taxa em 1,5 ponto percentual e indicou que faria nova alta da mesma magnitude neste início de ano. Por isso, todos os analistas consultados pela Bloomberg já esperavam esse aumento. O comitê volta a se reunir agora nos dias 15 e 16 de março.

Conforme mostrou a Folha, o ciclo de aumento dos juros no Brasil -oito altas seguidas, totalizando 8,75 ponto percentual- é o maior entre as principais economias do planeta. Em março do ano passado, a taxa básica estava em 2% ao ano, menor patamar desde a criação do Copom, em 1996.

A Selic está agora no maior patamar desde maio de 2017, ainda no governo de Michel **Temer** (MDB), quando os juros eram de 11,25% ao ano.

Esse é também o maior ciclo de aperto desde a criação do sistema de metas de **inflação**, quando a taxa básica subiu de 25% para 45% ao ano, em março de 1999, diante do fim do regime de câmbio fixo.

A alta de 8,75 pontos percentuais desde o ano

passado também supera o aumento de 8,50 pontos visto de outubro de 2002 a maio de 2003, na transição entre os governos FHC e Lula.

De acordo com o relatório Focus desta semana, em que o BC divulga projeções do mercado, economistas esperam que os juros fechem 2022 a 11,75% ao ano. Em 2023, cairia para 8% ao ano.

O choque de juros é uma resposta do BC à escalada de preços observada desde o fim do ano passado e às sucessivas revisões para cima das expectativas de **inflação** para o próximo ano.

"O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar a convergência da **inflação** para suas metas, e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de **inflação** para o horizonte relevante da política monetária", disse o comitê em seu **comunicado** desta quarta.

O Copom considera que, diante do aumento de suas projeções e do risco de desancoragem das expectativas de **inflação** para os próximos anos, é apropriado que o ciclo de aperto monetário avance significativamente em território contracionista.

"O Comitê enfatiza que irá perseverar em sua estratégia até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas."

Segundo o BC, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das commodities internacionais em moeda local produziria trajetória de **inflação** abaixo do cenário de referência. Por outro lado, diz a instituição, políticas fiscais que impliquem impulso adicional da demanda ou piores a trajetória fiscal futura podem impactar negativamente preços e o prêmio de risco do país.

Para a instituição, apesar do desempenho mais positivo das contas públicas em 2021, a incerteza em relação ao arcabouço fiscal segue mantendo elevado o risco de desancoragem das expectativas de **inflação**.

O Brasil fechou 2021 com a quarta maior **inflação**

entre 44 economias destacadas pela OCDE e deve terminar 2022 entre as nove maiores taxas ao consumidor, segundo projeções e dados coletados pela instituição que reúne as economias mais relevantes do planeta.

Além disso, o IPCA (índice de preços ao consumidor) deve superar a meta de **inflação** pelo segundo ano seguido. As projeções de mercado coletadas na pesquisa Focus são de uma taxa de 5,38% em 2022, sendo que a meta é de 3,50%, com limite de tolerância até 5%. No ano passado, a **inflação** foi de 10,06%, para um limite de 5,25%.

As projeções divulgadas pelo BC nesta quarta são de 5,4% para 2022 e 3,2% para 2023.

Em sua avaliação do cenário atual, o Copom afirmou que no cenário externo, o ambiente segue menos favorável, pois a maior persistência inflacionária aumenta o risco de um aperto monetário mais célere nos EUA, tornando as condições financeiras mais desafiadoras para economias emergentes.

Além disso, a nova onda da covid-19 adiciona incerteza quanto ao ritmo da atividade, ao mesmo tempo que pode postergar a normalização das cadeias globais de produção, segundo o comitê.

Em relação à economia brasileira, diz que indicadores relativos ao quarto trimestre tiveram evolução ligeiramente melhor que a esperada, em particular os relativos ao mercado de trabalho. Já a **inflação** ao consumidor seguiu surpreendendo negativamente e diversas medidas apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta.

Na carta aberta divulgada no mês passado para explicar o não cumprimento da meta, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, atribuiu o resultado a sucessivos choques de custos, como elevação do preço de commodities junto com a depreciação do real, bandeira de escassez hídrica na energia elétrica e desequilíbrio entre demanda e oferta de insumos, além de gargalos nas cadeias produtivas globais gerados pela pandemia.

Rafael Ihara, economista-chefe da Meraki Capital, afirma que a redução no ritmo de alta dos juros a partir de março está de acordo com as expectativas do mercado. Ele projeta uma alta de mais 1 ponto percentual, para 11,75%, no mês que vem, e um aumento de mais 0,50 ponto, para 12,25%, em maio, encerrando o ciclo de alta de juros.

"Já estava precificada uma alta menor na reunião de março. A dúvida era se ele [Copom] seria explícito ou não. Ele preferiu deixar de forma bem clara a redução

de ritmo na reunião seguinte", afirmou.

Ihara diz que, a partir de maio, o foco do BC passa a ser a **inflação** de 2023, dada a defasagem entre a alta de juros e seus efeitos mais fortes na economia.

Ele lembra que o país passou de uma taxa de juros real (descontada a projeção de **inflação** para 12 meses) de cerca de -1% para quase 7% ao ano e que grande parte do impacto desse aperto ainda será sentido em 2022.

Para ele, o momento do início do ciclo de queda de juros vai depender agora da questão eleitoral, que pode adiar o primeiro corte para 2023.

Já Carlos Kawall, diretor da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro, avalia que o Banco Central surpreendeu ao sinalizar que reduzirá o ritmo de aumento da Selic já na próxima reunião. "A gente imaginava que fosse deixar isso em aberto, pelo fato de, em março, ainda ter poder sobre a **inflação** de 2022. Mas fez uma opção mais branda, mais "dove", e antecipou que vai reduzir o ritmo", afirmou.

No jargão usado entre economistas, "dove" (pombo, em inglês) significa que a autoridade monetária adota um discurso mais brando, com intenção de cortar ou de subir menos os juros.

Kawall aponta que, se o Banco Central vier mais branda na reunião de março, com um aumento de 1 ponto, talvez tenha de fazer um novo aumento no encontro seguinte, de 0,50 ponto, dependendo da evolução da expectativa de **inflação** para 2023.

"Estamos bastante próximos do fim do ciclo [do aperto monetário], que poderá ocorrer na reunião de março, mas, com a redução do ritmo, talvez se estenda até a reunião de maio, com a Selic chegando a 12%, 12,25%".

Novo presidente da Fiesp diz que é preciso pensar além do Copom

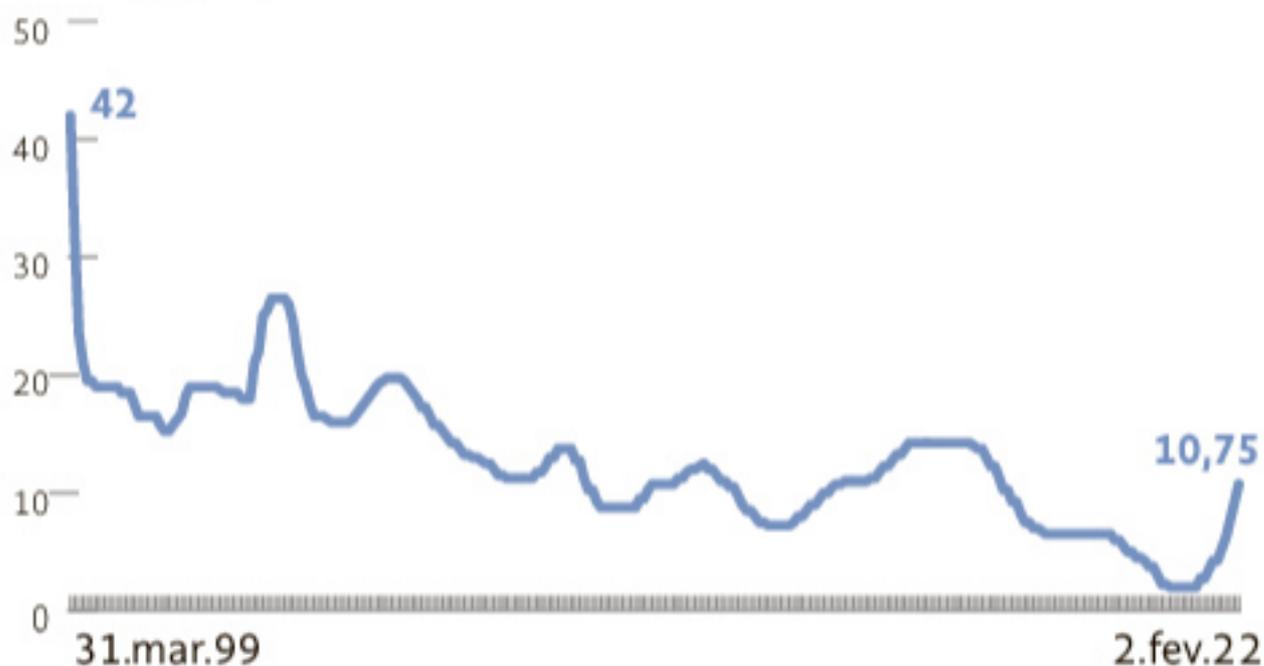
Sob o comando do empresário Josué Gomes da Silva, a Fiesp divulgou um duro **comunicado** sobre a alta dos juros. Na nota "É preciso pensar para além do Copom" a entidade diz que as reuniões deveriam soar como "alerta sobre tudo o que deixamos de fazer a contento para colhemos crescimento econômico com geração de emprego e renda de modo sustentável". Josué assumiu a Fiesp em janeiro no lugar de Paulo Skaf que dirigiu a entidade por 17 anos.

**Site:**

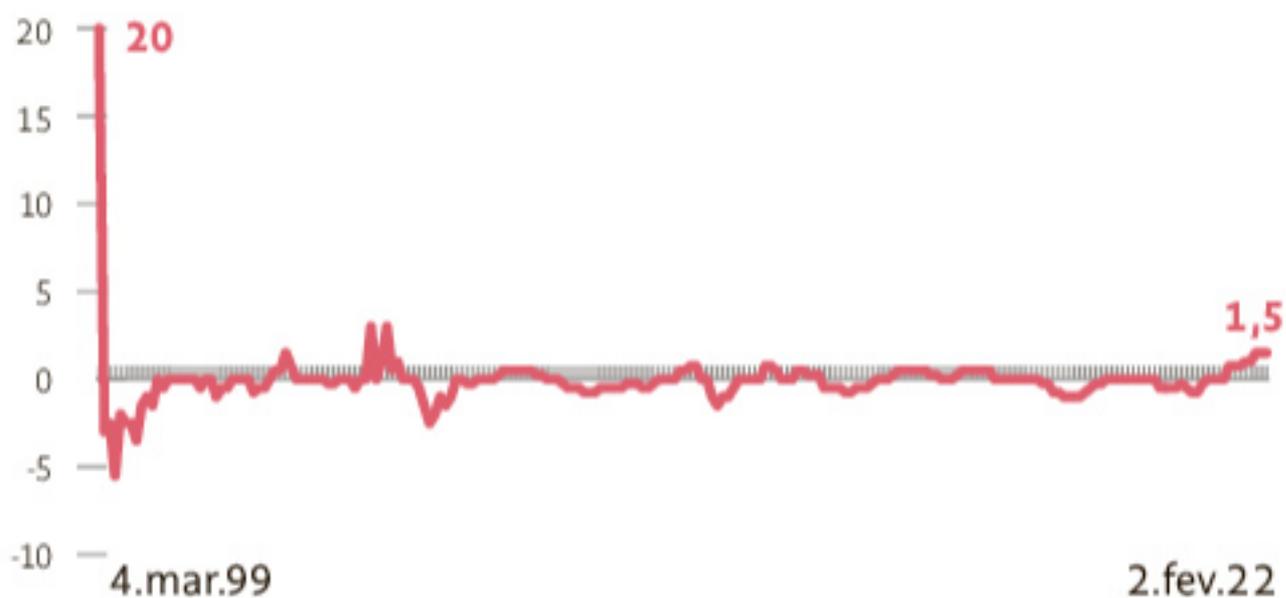
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49810>

## Taxa básica de juros (Selic)

Em % ao ano



Variação da Selic por período\*, em ponto percentual



\*As reuniões ocorrem a cada 45 dias. Houve uma reunião extraordinária em 14.out.02 | Fonte: Banco Central

# Ignorar regras de responsabilidade fiscal pode sobrecarregar ação do Copom (Artigo)

**Mauro Rochlin** *Doutor em economia (UFRJ) e professor da FGV (Fundação Getulio Vargas)*

A taxa de **inflação**, medida pelo IPCA, atingiu a marca de 10% em 2021. É a segunda vez em quase duas décadas que o indicador alcança dois dígitos.

Apesar desse mau resultado, os prognósticos para este ano são melhores. O relatório Focus do Banco Central, arauto do mercado financeiro, prevê que a taxa de 2022 será de cerca de 5%.

No Brasil, a estratégia de combate à **inflação** é concentrada no poder dissuasório da política monetária. Desde 1999, o país adota uma política de juros conhecida como Regime de Metas de **Inflação** (RMI). A premissa desse modelo é a de que a taxa de juros dos títulos do governo -a taxa Selic- se constitui no principal instrumento de política anti-inflacionária.

O argumento é que a atratividade desses títulos afeta a decisão de consumir (ou de poupar) da população, o que tem forte impacto no comportamento dos preços. O modelo relaciona a alta dos juros à queda do consumo, e, por consequência, à queda dos preços.

Baseado nesse pressuposto, o Banco Central iniciou, em maio do ano passado, um ciclo de alta da Selic. Partindo de um patamar de 2%, a taxa já atinge valor superior a 10%. A ideia é que essa alta arrefeça as pressões de consumo e que isso ajude no controle dos preços.

De fato, os números do **PIB** (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre de 2021 já apontam uma acomodação no consumo das famílias. A expectativa é que isso se converta em pressão de baixa nos preços, corroborando as previsões do mercado.

O problema aqui é o outro lado da moeda: juros altos também geram menor crescimento econômico e um desemprego maior.

Apesar de a **inflação** ter registrado um resultado sofrível em 2021, o RMI tem alcançado, ao longo de sua vigência, um relativo sucesso. Nos 22 anos desde sua adoção, o regime ajudou a manter a **inflação** dentro da meta em 16 ocasiões.

Produto da implosão do sistema de câmbio fixo, que

serviu de âncora de preços nos primeiros anos do Plano Real, o RMI tem história: resistiu a duas crises cambiais (1999 e 2002) e a três crises econômicas (2009, 2015 e 2020).

Mesmo diante desses bons resultados, o modelo enfrenta críticas contundentes. Apesar do eventual cumprimento das metas de **inflação**, o regime também é associado a um crescimento econômico medíocre. Desde a sua implantação, a taxa média de crescimento do **PIB** está em cerca de 2% ao ano.

Uma taxa de juros permanentemente elevada acompanha esse mau desempenho. Do lado do emprego, o cenário só esteve melhor durante o ciclo de alta das commodities.

Para reduzir a pressão sobre a política monetária, a adoção de uma política fiscal menos perdulária seria imprescindível. Moderar os gastos do governo ajudaria a dosar o consumo e a acalmar o mercado de câmbio.

Com a redução da demanda e com a queda do dólar, os preços tenderiam a se estabilizar. Essa estabilidade, por sua vez, abriria espaço para uma queda consistente da taxa de juros, o que impulsionaria o crescimento do **PIB**. A partir desse contexto, um círculo virtuoso poderia prosperar.

A corrida eleitoral tem sido um celeiro de políticas públicas excessivamente generosas. Objetivos eleitorais têm inspirado arranjos fiscais de diversos governos. Enquanto o atual cenário recomenda moderação e comedimento na política fiscal, o que se observa são iniciativas, como a PEC dos Precatórios, que driblou o chamado teto dos gastos, pressionando na direção contrária.

Ignorar as regras básicas de responsabilidade fiscal pode sobrecarregar a política de juros e, conseqüentemente, frear o crescimento econômico. Não parece uma boa ideia.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49810>

# O desafio da reindustrialização (Editorial)

Reconstruir a indústria, retomando o caminho da modernização, será uma das grandes tarefas do próximo governo, se o novo presidente for capaz de entender as potencialidades do Brasil, de seguir uma estratégia e de repensar a inserção internacional do País. Não bastará compensar as perdas ocasionadas pela pandemia.

Será preciso frear o retrocesso histórico iniciado no período petista e acelerado a partir de 2019. Depois do tombo de 2020, a produção industrial reagiu e cresceu 3,9% em 2021, mas ainda ficou 0,9% abaixo do patamar de fevereiro do ano anterior, quando apenas se percebiam os primeiros sinais do surto de covid-19. Mas o desafio real é muito mais complexo do que retornar ao nível pré-pandemia. No fim do ano, o setor industrial ainda produziu 17,7% menos que em maio de 2011, o pico da série histórica tomada como referência pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa diferença é muito mais que um problema conjuntural.

Sem inovação, sem eficácia e sem poder de competição, a maior parte da indústria brasileira perdeu espaço no mercado internacional na última década.

Alguns segmentos ainda tiveram sucesso e algumas empresas brilharam competindo no exterior, mas foram exceções. Houve perdas até nos mercados sul-americanos, normalmente os mais acessíveis para os produtos brasileiros. Dentro e fora do País, o quadro geral do setor manufatureiro foi de retrocesso.

A produção da indústria geral diminuiu em seis dos dez anos de 2012 a 2021, de acordo com o IBGE. Variações negativas só haviam ocorrido em um dos dez anos encerrados em 2011. Foi uma queda de 7,1% em 2009, na maior crise financeira internacional deste século.

Outras diferenças importantes marcaram os dois períodos. A economia foi mais próspera no primeiro, a **inflação** foi mais moderada, a política monetária foi mais severa e o controle das contas públicas foi mais efetivo, embora algum afrouxamento fosse visível já em 2010.

O enfraquecimento da indústria, bem visível a partir de 2012, resultou de equívocos políticos bem conhecidos, como a estratégia de favorecimento dos chamados "campeões nacionais", e da erosão dos fundamentos econômicos.

As contas públicas se desmontaram, a política monetária se tornou ineficaz, a **inflação** disparou, o investimento produtivo fraquejou e o País afundou na recessão, enquanto a presidente Dilma Rousseff era submetida a um processo de impeachment, acusada de violação grave de normas fiscais.

A economia saiu da recessão, mas sua expansão nunca chegou a 2% nos primeiros três anos de retomada. A maior parte da indústria continuou sem vigor, e a administração instalada em 2019 nunca pareceu incomodada por esse fato. Mais que isso, essa administração nunca apresentou planos e metas de crescimento econômico nem programas de modernização e de ganhos de competitividade.

O Ministério da Educação logo se ajustou aos padrões intelectuais e políticos do presidente Jair Bolsonaro.

Também se ajustou o Ministério de Ciência e Tecnologia, humilhado e desmoralizado por ataques presidenciais ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), produtor de imagens de satélite comprovadoras da devastação ambiental favorecida pela nova administração federal.

Sem compromisso com a educação, com a ciência, com a tecnologia, com a produtividade e com as condições gerais da indústria, o poder central tentou favorecer o empresariado com o barateamento da mão de obra. Esse barateamento ocorreu, de fato, mas como consequência da estagnação econômica, do desemprego e da precarização das condições de trabalho, façanhas do desgoverno instalado há pouco mais de três anos.

Iniciado há mais de um século, o esforço de industrialização acentuou-se a partir dos anos 1940 e prolongou-se por muitas décadas. Foi mantido por governos autoritários e democráticos, ideologicamente distintos, mas igualmente comprometidos, cada um à sua maneira, com ideais de modernização e de desenvolvimento. Em 2023 alguém poderá, no Palácio do Planalto, retomar essa agenda.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ganho temporário, gasto permanente (Editorial)

A arrecadação dos Estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teve alta de 23,27% e atingiu R\$ 641 bilhões em 2021. Foi o maior crescimento anual desde 1999, início da série histórica organizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Previsivelmente, esse valor recorde tem sido um incentivo para governadores adotarem medidas eleitoreiras, como reajustes salariais para servidores, em alguns casos com aumento real.

Não é um fenômeno novo, tampouco exclusivo dos Estados. O próprio presidente Jair Bolsonaro, cuja única meta desde que assumiu o mandato em 2019 é se reeleger, também aproveitou a arrecadação mais alta do ano passado, impulsionada pelo aumento da **inflação**, para fazer um agrado às forças federais de segurança e anunciar a elevação de 33,24% no piso salarial de professores da educação básica - mesmo não sendo responsável por desembolsar os recursos.

O recorde na arrecadação dos Estados, no entanto, deve ser analisado com cuidado. Boa parte desse resultado é conjuntural, influenciado por fatores pontuais relacionados à energia elétrica e combustíveis, e que podem não se repetir no futuro próximo, enquanto os reajustes configuram despesas permanentes e os salários do funcionalismo público não podem ser reduzidos nem durante uma crise. No caso da conta de luz, que subiu 21,21% no ano passado, o motivo é a crise hídrica, que levou o governo a criar uma nova taxa, de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts- hora (kWh) consumidos, mas que deve deixar de ser cobrada em abril, reduzindo de imediato as receitas com ICMS.

Já a alta dos combustíveis, de 49,02% no ano passado, está relacionada à perda de valor do real ante o dólar e o aumento do preço do barril do petróleo no exterior, que voltou a se aproximar do patamar de US\$ 90 com as rusgas entre Rússia e Ucrânia. Embora não haja indícios de reversão no preço no curto prazo, a cotação oscila ao sabor de acontecimentos que não estão no controle dos governadores.

Basta lembrar que o barril bateu a marca de US\$ 140 em 2008. Foi com base nisso que o Rio de Janeiro desperdiçou royalties da exploração de petróleo com a expansão de gastos permanentes, como os de

peçoal, e isenções tributárias a grandes empresas.

Quando a commodity despencou, o Estado quebrou e precisou do socorro da União - ainda precisa, inclusive, a despeito da desfaçatez do governador Claudio Castro ao apresentar o novo plano de recuperação fiscal ao Tesouro Nacional.

O ICMS respondeu por 86,14% de tudo que entrou na caixa dos Estados em 2021. São recursos preciosos, que precisam ser direcionados para garantir a melhoria de serviços de saúde, educação e segurança pública, ainda mais em meio à pandemia. Os governadores deveriam aproveitar esse dinheiro para sanear os Estados e realizar investimentos para impulsionar o crescimento. O respeito com as contas públicas é a melhor herança para as próximas gerações. O problema é que elas ainda não votam, e para elas as autoridades não fazem qualquer aceno.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>